

**Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Carolina de Souza Rodrigues Torres**

**Filhos que mandam em seus pais:
o declínio da autoridade nas famílias contemporâneas**

Orientadora: Profa. Dra. Camila Pedral Sampaio

**São Paulo
2008**

Carolina de Souza Rodrigues Torres

**Filhos que mandam em seus pais:
o declínio da autoridade nas famílias contemporâneas**

Monografia apresentada na conclusão do curso de especialização em Psicologia Clínica: "Teoria Psicanalítica" do COGEAE da PUC-SP, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Pedral Sampaio

São Paulo

2008

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à professora Camila Pedral Sampaio por sua orientação paciente e incentivadora, que tanto me ajudou a encontrar e a trilhar os caminhos dessa minha indagação.

Também agradeço aos professores e colegas do curso “Teoria Psicanalítica” por abrirem nossos horizontes para a obra psicanalítica dando sempre margem a articulações ricas e produtivas. O exercício dessas articulações foi certamente o que possibilitou que a questão dessa monografia surgisse e pudesse ser aprofundada.

Por fim, agradeço aos meus amigos e familiares pelo apóio e paciência com as crises que a elaboração de um trabalho de monografia gera no ambiente. E em especial à minha mãe, pelo trabalho de revisora e fomentadora de questões.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos pais, crianças, professores e funcionários da escola Alecrim, que tanto me ensinam sobre a autoridade e seu valor. E também a minha família, que é misturada, engraçada e esquisita e que, por ser exatamente assim, me fez o que sou hoje.

“A família tentacular contemporânea, menos endogâmica e mais arejada que a família estável no padrão oitocentista, traz em seu desenho irregular as marcas de sonhos frustrados, projetos abandonados e retomados, esperanças de felicidade das quais os filhos, se tiverem sorte, continuam a ser portadores. Pois cada filho de um casal separado é a memória viva do momento em que aquele amor fazia sentido, em que aquele par apostou, na falta de um padrão que corresponda às novas composições familiares, na construção de um futuro o mais parecido possível com os ideais da família do passado. Ideal que não deixará de orientar, desde o lugar das fantasias inconscientes, os projetos de felicidade conjugal das crianças e adolescentes de hoje. Ideal que, se não for superado, pode funcionar como impedimento à legitimação da experiência viva dessas famílias misturadas, engraçadas, esquisitas, improvisadas e mantidas com afeto, esperança e desilusão, na medida do possível.”

Maria Rita Kehl

Resumo

O objetivo deste trabalho é de caráter teórico, visando aprofundar o estudo e a reflexão do que chamei de declínio da autoridade na família contemporânea.

Para tanto, esta monografia se baseia em obras acadêmico-teóricas escritas dentro da linha psicanalítica para embasar o pensamento sobre o qual as reflexões serão feitas. A obra de Freud está presente nos textos de praticamente todos os autores e sua obra está contemplada através destes como elemento principal neste aprofundamento teórico.

Para a análise do tema, me utilizei prioritariamente de três obras: “A família em desordem” de Elizabeth Roudinesco, “A cultura do narcisismo” de Christopher Lasch e “Entre o passado e o futuro” de Hanna Arendt.

Por se tratar de um tema abrangente, a divisão em capítulos me pareceu importante para um afinamento das análises que estavam inicialmente muito entrelaçadas. Os temas “novas configurações familiares”, “declínio da autoridade” e “papel dado à escola” foram escolhidos por serem as questões levantadas pelas obras utilizadas e que poderiam nos ajudar a responder as primeiras indagações do presente trabalho e que resultavam numa possível reflexão deste universo trazido pelo tema em questão.

A partir então do desenvolvimento destes capítulos, uma reflexão final se dá nas “configurações finais” e através dos entrelaçamentos propostos nos três capítulos, um caminho que pode responder à questão é sugerido.

Sumário

Introdução	06
Primeiras Idéias	07
Capítulo 1. Novas configurações Familiares	11
Capítulo 2. Declínio da autoridade	16
Capítulo 3. Papel dado à escola	20
Considerações Finais	24
Bibliografia	26

Introdução

O presente trabalho pretende pensar o lugar de autoridade que os pais têm ocupado em relação aos seus filhos na contemporaneidade. A partir da experiência de trabalho em uma escola infantil e da percepção de uma descaracterização que os pais têm tido em seu papel de colocar limites, frustrar e educar os filhos proponho pensar, aqui, as condições que levaram estes pais a se esquivarem desse papel, sentindo-se, eles, agora, incapazes de agir no sentido de breçar a onipotência dos filhos.

A pergunta se dá ao redor da parentalidade contemporânea, a partir do dito declínio da autoridade parental e pensando na função dada à escola a partir de então. **As questões que motivam esta pesquisa são: “O que levou os pais a se sentirem desautorizados a mandar em seus filhos?”, “O que os desautorizou?” e “Que papel resta ou foi delegado à escola a partir disso?”.**

No ambiente de trabalho da educação infantil o tema é corriqueiro e são muitas as razões pelas quais se entende que isso aconteça. Temos muitos casos de crianças muito pequenas das quais os pais simplesmente não conseguem dar conta. Não conseguem impedir que os filhos batam neles ou que limitem suas atividades através de choro e outros tipos de manipulação. Os pais alegam que as crianças “não querem” realizar alguma coisa e que não conseguem fazer com que elas realizem o que eles propõem.

A presente pesquisa é uma tentativa de pensar nas dificuldades dos pais em lidar com essas crianças e em que termos da constituição psíquica do sujeito contemporâneo isso pode encontrar um campo de reflexão. Minha hipótese inicial é a de que esses acontecimentos, essas dificuldades entre pais e crianças estejam relacionadas a um declínio da autoridade e às novas e diversas formas de configuração familiar.

Pensar este tema pode ajudar compreender melhor estes pais - como representantes, que são, desse estilo de subjetividade contemporânea - pais que não conseguem frustrar ou impor limites, que não se sentem autorizados a falar mais alto que seus bebês, educá-los e protegê-los de seus próprios instintos.

A relevância do estudo do tema está em tratar da questão como algo que se coloca como um problema na vida de muitos pais e professores, na relação de autoridade que se consegue estabelecer com estas crianças.

Pretendo conduzir a monografia com base em três eixos principais: as novas configurações familiares, origens socioculturais do declínio da autoridade, e o papel de autoridade para estas crianças dado pelos pais à escola.

Primeiras idéias

No artigo “A função do pai e os ideais no mundo contemporâneo” (Alonso, 2007), da revista *Percurso*, Silvia Alonso traz a idéia de que para pensar as grandes mudanças que estão acontecendo na estrutura familiar, a cultura precisaria voltar a ser incluída no raciocínio clínico psicanalítico. A autora pensa as transformações na família como uma possível origem de mudanças nos modos de subjetivação do homem contemporâneo que precisam ser consideradas quando queremos compreender e tratar questões e patologias novas que surgem a partir daí.

Em seu texto, Alonso nos dá uma noção da constituição do sujeito para começarmos a pensar nessas mudanças, em como e onde elas aparecem, no sujeito da contemporaneidade. A autora compreende a psique como uma intersecção entre o corpo e o outro, estando atravessada pela cultura, através deste outro. O outro está presente na construção da sexualidade, a partir das marcas que o adulto deixa no corpo infantil, fazendo surgir o corpo pulsional. O outro também se presentifica na constituição dos nossos ideais. Os permitidos e proibidos, definidos pela relação com os pais, introduzem os valores, a crítica e as possibilidades de laço social da criança.

Antes do estabelecimento deste laço social, o bebê se encontra na posição definida por Freud como a de “sua majestade, o bebê”, que funciona numa economia libidinal narcísica, no registro da onipotência. O bebê tem a ilusão de ter tudo que deseja, e o registro da mãe, como um “outro” separado dele, com interesses diferentes dos seus próprios, ainda não existe.

São os interditos e as proibições do atravessamento do complexo de Édipo que organizam e abrem possibilidades de construção de outros caminhos para o desejo deste bebê, ou seja, é a partir destas proibições que o bebê se frustra e percebe que existem outros interesses e outros desejos que a mãe nutre em relação a outros objetos, seja pelo pai, por um irmão, ou por quaisquer outras atividades que não se resumam aos cuidados que dispensa a ele. É esta frustração que vai fazer com que o bebê se perceba um outro em relação à mãe.

O superego é a instância que ordena o mundo pulsional através desses interditos. É constituído por identificação com a figura paterna proibidora, que provoca a separação do corpo materno através do interdito do incesto. Esta separação implica, ao mesmo tempo, o desinvestimento no objeto, liberando um tanto de pulsão de morte, que se instala no sujeito como consciência moral.

Desta maneira, o superego se transforma na garantia do social, pois faz com que o bebê se separe do corpo da mãe e possa investir sua libido em outros objetos fora do núcleo familiar. A cultura contemporânea, por sua vez, impõe seus ideais impossíveis de serem cumpridos - realização máxima de suas capacidades,

satisfação imediata e completa de suas necessidades - que colocam este sujeito em formação numa grande angústia em relação a esses ideais e aonde sua libido agora liberada será investida.

A constituição do superego, por sua vez, tem a ver com o complexo paterno através da identificação com este complexo, mas não se confunde com ele. **O pai deve sustentar aquilo que modela o superego: a cultura, a tradição e os valores.** Porém, para Alonso, fica a questão de qual papel o pai sustenta atualmente, estando evidente o enfraquecimento da figura paterna, já que o estremecimento da estrutura patriarcal trouxe grandes mudanças neste papel.

Diante desse enfraquecimento do pai, busca-se uma figura que possa representar uma autoridade capaz de promover a separação do bebê do corpo materno, para que a saída do seio familiar ocorra e a busca por um meio próprio no social aconteça. Essa separação é essencial, mas, segundo Alonso, a ligação dela com a paternidade já não o é, como pretendemos pensar através das organizações familiares atuais, que muitas vezes prescindem da figura paterna.

Esta separação operada pela autoridade através de suas funções simbólicas deve trazer, como contrapartida, alternativas possíveis para o sujeito, no campo dos laços sociais. Segundo Alonso, o excesso de individualismo presente na sociedade contemporânea tem feito com que essa separação ocorra de forma equivocada, separando o sujeito de seus próprios pares e quebrando as relações de solidariedade que implicam no reconhecimento da alteridade, ao invés de apenas separar o bebê do corpo de sua mãe.

Outro ponto que Alonso aborda em seu texto, é uma reflexão sobre os ideais presentes na contemporaneidade. Se **os ideais da cultura impregnam a subjetividade** e tais ideais mudam de acordo com a época, precisamos pensar nos ideais de hoje, como a lógica de consumo, na qual o objeto, em detrimento do sujeito, é oferecido como satisfatório, confundindo o ser e o ter. O objeto de consumo vira garantia de identidade.

A promessa presente nessa lógica de consumo é a da felicidade imediata, e a experiência de temporalidade do aqui e agora quebra o investimento nos projetos futuros e despreza o passado. Essa quebra coloca o sujeito num presente eterno que o faz oscilar entre a sensação de êxito absoluto e a ameaça de colapso narcisista. Inexiste o lugar para o luto, e com o **avanço da medicina atual, se ganha um corpo com vida longa, pura materialidade convertida em ideal, ligado à imagem da juventude eterna.**

Segundo Alonso, outros autores vêm pensando o quanto essa lógica do tudo-ou-nada afeta a constituição de um ideal do ego, favorecendo uma regressão a um ego ideal narcisista. Não se coloca mais uma imagem, como ideal de si mesmo, para perseguir. Ao contrário disso, se tem a ilusão momentânea de ter atingido o ideal, que é perdido, em seguida.

Segundo Alonso, para Freud, na passagem do ego ideal para o ideal de ego ocorre o corte no narcisismo primário e é instaurada a possibilidade de um tempo futuro, ou de construção de projetos de vida.

Devemos pensar no que acontece quando essa noção de temporalidade não está presente. Isso faz com que a tensão que seria originalmente entre ego ideal e ideal de ego (o que acreditamos ser, no narcisismo, e o que vamos buscar ser, após o corte deste narcisismo), no registro do permitido e do proibido, passe a se tornar uma tensão dentro do próprio ego, no registro do possível e do impossível.

Joel Birman afirma que o superego é um tribunal interiorizado ao qual prestamos contas. Figuras parentais internalizadas, reeditadas e constantemente atualizadas como autoridade. E que vivemos numa ambivalência entre o superego que nos breca, nos pára, e o ideal de ego, que nos faz prosseguir (Birman, 2008).

Também o superego, como articulador fundamental da cultura, na constituição psíquica, adquire configurações específicas, de acordo com a época. No mal estar atual, a sexualidade, antes recalcada, está aberta, se despojando de qualquer enigma. Ao mesmo tempo a injunção “goze” torna-se imperativa, caracterizando esta urgência imediata do ego ideal. Essa busca do gozo absoluto parece ter se desvinculado das regras coletivas de regulação.

Para Birman, a constituição do sujeito está em transformação. Junto com o estabelecimento e o avanço deste modo de produção de riqueza particular - o neoliberalismo - aumentam a violência, a agressividade, a delinqüência e a criminalidade e há uma crueldade crescente.

Segundo Alonso, tais transformações sociais têm repercutido em mudanças nas instâncias psíquicas e colocado interrogações aos analistas. Um intenso trabalho exige definir com mais clareza construções metapsicológicas que dêem conta dessas novas formas de sofrimento e de intervenção, diante de fenômenos cada vez mais presentes na clínica.

A autora enumera alguns destes fenômenos como: fuga do desamparo através do uso de drogas (lícitas ou ilícitas), dificuldade de lidar com momentos depressivos decorrentes de luto, patologias do excesso, entre outras, em uma clínica que vai muito além da neurose. E conclui que este novo momento da cultura apresenta aos analistas sintomas sociais a serem interrogados e que no trabalho de recriação dos conceitos, não podemos deixar de dar ênfase à cultura.

Birman também afirma que perdemos o superego e que a perda da interdição viabiliza compulsões por tudo – drogas, comida, consumo, e até mesmo dor.

Como uma leitura inicial, Alonso nos abre para questões importantes no tema, que será organizado nos três capítulos que se seguem: novas configurações familiares, origem sociocultural do declínio da autoridade e o papel dado à escola.

Esta divisão foi feita pensando nos caminhos que levam à atribuição da autoridade a outra instância que não a família e como se chegou a esta atribuição.

Capítulo 1. Novas configurações familiares

Neste tópico, pretendemos pensar na história da família enquanto instituição e em seu percurso para as novas configurações hoje existentes. Aprofundaremos nas conseqüências destas reorganizações, buscando a origem da perda da função simbólica original do lugar do pai e da autoridade que este lugar representava para a criança no contexto familiar, hoje desfigurado.

A noção de família pode ser entendida como “1. Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. 2. Pessoas do mesmo sangue. 3. Ascendência, linhagem, estirpe. (...) 9. Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união. 10. Unidade espiritual constituída pelas gerações descendentes de um mesmo tronco, e fundada, pois, na consangüinidade. 11. Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram de um mesmo tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção. (...)” (Ferreira, 1988). Vemos que no dicionário Aurélio, a noção de família mais tradicional ainda é a referência mais forte. Vamos, a partir de outras leituras, dialogar com as novas configurações e com sua relação com a questão da autoridade.

Para começar a pensar a questão da função paterna e seu declínio na família, faremos um levantamento inicial de como se deram as diversas formas de organização familiar ao longo da história. Para isso, utilizaremos a pesquisa feita por Elizabeth Roudinesco em seu livro “A família em desordem”, de 2003.

No prefácio de seu livro, Roudinesco coloca que as minorias, antes perseguidas, sempre ficaram à margem de uma organização familiar tradicional, mas que atualmente estas minorias (como os homossexuais, por exemplo) querem se adequar aos modelos tradicionais de família burguesa. A autora coloca que este fato pode ser um sinal de que está havendo uma decadência da autoridade sob todas as formas, já que a antiga ordem de colocar a minoria à parte já não funciona hoje em dia.

A autora coloca que **a família ocidental foi desafiada pela irrupção do feminino e passou a dar papel central à maternidade.** O lugar do pai foi questionado e ele se vê agora sem função simbólica: o pai não é mais pai e a existência da família está ameaçada.

Roudinesco descreve três grandes fases pelas quais a família passou. Em primeiro lugar houve a família “tradicional” que serviu especialmente para assegurar a transmissão de patrimônio: nela o casamento era arranjado entre os pais sem levar em conta a vida afetiva ou sexual do casal e a ordem era imposta pela autoridade patriarcal.

A segunda fase, dita “moderna”, surge entre os séculos XVIII e meados do XX. Ela se fundou no amor romântico e nela o casamento era baseado na reciprocidade dos sentimentos, ainda que a divisão de trabalho entre os cônjuges fosse um fator importante neste momento.

Finalmente, na família dita “contemporânea” ou “pós-moderna”, que surgiu após 1960, o casamento surge da busca dos indivíduos por relações íntimas ou por realização sexual. Nesta fase a relação de autoridade parental se torna mais problemática por conta dos divórcios e recomposições conjugais que vão surgindo, de acordo com esta busca dos indivíduos por realização afetiva pessoal.

Na época moderna, a família deixou de ter um paradigma divino ou Estatal, apesar de ainda manter-se como a instituição humana mais sólida da sociedade. Sucedeu-se àquela família autoritária, a família mutilada de hoje, em que o pai, que antes dominava, perdeu sua posição.

O pai dos tempos arcaicos era a encarnação de Deus, reinava sobre as famílias e castigava os filhos, podendo decidir-se a se desfazer de um filho, se deixasse de reconhecê-lo, na lei romana. O cristianismo impôs outra lógica, a da paternidade biológica, que deveria corresponder a uma função simbólica. Neste período, o direito de paternidade não decorria mais da vontade de um homem, mas da vontade de Deus, ou da igreja.

O pai só poderia ser pai, na medida em que a mulher lhe fosse totalmente fiel. Ele só é o procriador pela transmissão da sua nomeação (do sobrenome), do seu sangue ou da sua raça. Através da doação de seu nome e pela visibilidade de uma semelhança com o seu filho é que o pai da Idade Média se tornava corpo imortal, pois seu nome e seus traços seriam carregados por seus descendentes, que perpetuariam sua imagem.

Esta nova necessidade de a mulher designar o pai para que este seja reconhecido com tal, possibilitou a irrupção do feminino, que segundo Roudinesco, surge como uma ameaça à autoridade paterna, anteriormente exercida. Agora cabe à mãe decidir, através do casamento, se o pai poderá exercer a função de autoridade em relação aos filhos, que, por sua vez, só se relacionarão com seus pais enquanto necessitarem se preservar e se criar. Ao cabo deste período, rompem-se os laços com os pais.

Após a abolição da monarquia, o pai passa a dividir com a mãe a herança psíquica e carnal. Não é mais o soberano e os filhos são vistos como “mais da mãe” do que do pai. A autoridade paterna entra em conflito com o poder dado às mães.

Na era do desenvolvimento industrial o posto de “deus, soberano ou patriarca”, anteriormente ocupado pelo pai, passa a ser o mesmo que o do patrão, que defende o operário da barbárie e lhe garante trabalho e habitação.

Neste sentido, a autoridade paterna vai desmoronando, e o pai passa a ser mais um no núcleo familiar, sem poder inquestionável e sem poder mandar em seus filhos, a não ser que a mãe lhe permita exercer este papel. Ainda que a mãe o permita exercê-lo, o pai está desvalorizado, em relação ao seu antigo

papel, e se sente desta maneira. Divide com a mãe a tarefa de cuidar dos filhos e de prover os bens materiais do lar.

A ordem familiar econômico-burguesa que surge aí se baseia em três níveis de hierarquia: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos. O feminino, que deveria se colar à maternidade, se desvincula dela. O antigo papel do pai dominador dá lugar a uma paternidade ética, subjugada aqui, a uma avaliação do estado. O pai não pode abusar do poder a ele outorgado, ou a paternidade lhe será retirada.

A família ganha status de matriz de uma nova sociedade. O pai é reinvestido de poder, mas o exercício deste poder deve estar de acordo com a declaração de direitos do homem e do cidadão. O casamento se transformou em um contrato livremente consentido entre um homem e uma mulher que durará apenas enquanto durar o amor. O pai tem obrigações morais com aqueles a quem governa e será privado do direito de pai, se não as cumprir.

Numa reflexão mais voltada à família tradicional brasileira, Maria Rita Kehl em seu artigo “Em defesa de uma família tentacular” nos lembra que a no Brasil, esse modelo de família foi herança de uma sociedade escravocrata e nossas primeiras famílias eram comandadas pelo senhor de terras. O modelo seguinte foram as famílias urbanas que queriam se “afrancesar”, se fechando sobre si mesmas para não se deixar contagiar por camadas inferiores. (Kehl, 2003).

A família nuclear burguesa no Brasil era isolada e a privacidade de seus membros vigiada. Só se abriam a um público selecionado e “do mesmo nível” para submeter, especialmente as mulheres, à avaliação de pretendentes. Mas também passou a ruir em sua própria estrutura com o advento da expansão dos meios de comunicação que explodiu até o isolamento das famílias mais conservadoras. A família então, deixa de ser uma sólida instituição e passa a ser um agrupamento circunstancial e precário regido pela lei dos afetos e dos impulsos sexuais.

Roudinesco apresenta também a idéia da irrupção do feminino, como marco dessa grande mudança. A mulher que tem um sexo e que pode se emancipar independentemente de sua relação de mãe ou de esposa. Após a revolução feminista, com seu direito ao voto e com a possibilidade de igualdade nos diversos campos, a mulher elimina o “trono” patriarcal.

As grandes guerras trouxeram, para as mulheres, a necessidade de tomada decisões, na ausência dos homens, o que contribuiu para a irrupção do poder das mesmas. O advento das novas tecnologias médicas, desde os métodos anticoncepcionais - como a camisinha, o DIU e a pílula - até os novos métodos de concepção, possibilitaram às mulheres conceber um filho - decidir e planejar a concepção - de acordo com o seu desejo. A possibilidade de controlar o próprio corpo e conceber através da inseminação artificial e das

mais diversas formas de planejamento familiar desvinculou maternidade e casamento, liberando a mulher da submissão ao marido e aos filhos.

A partir dessa virada, os laços conjugais já não escondem mais a base erótica – portanto, instável – de sua sustentação. Separações novas uniões ao longo da vida dos adultos gerou um novo tipo de família, que Kehl vai chamar “tentacular”. Segundo ela, o núcleo central da família foi implodindo atravessado pelo contato íntimo com adultos e crianças vindos de outras famílias. Cada uma dessas árvores hiper ramificadas guarda o traçado das moções de desejo dos adultos ao longo da vida.

Novas possibilidades surgem e geram essas diferentes configurações familiares. Os casais passaram a se formar considerando apenas o laço afetivo, sem terem, necessariamente, a meta da procriação. Outros tipos de relação familiar, que antes estavam à margem, como as uniões homoafetivas e famílias monoparentais, reivindicam cada vez mais um lugar de pertencimento e de equivalência à família burguesa padrão.

Desta maneira, tanto os homens - maridos ou pais solteiros - quanto as mulheres - esposas ou mães solteiras - estão mudando sua relação com o planejamento da família e com a própria idéia de família. Eles têm desejos conflituosos em relação aos filhos. Temem ter que abrir mão de seus sonhos para cuidar deles, como as gerações anteriores fizeram. Precisam inventar uma forma própria de conciliar os cuidados com os filhos com outras exigências sociais – trabalhar, produzir, obter sucesso profissional e realizar-se sexualmente. Estes pais ficam muito tempo fora de casa e delegam a educação dos filhos a figuras de autoridade substitutivas: babás, professoras, etc.

O momento de encontrar os filhos é o momento em que os filhos podem tudo, pois estes pais, desinvestidos do lugar de autoridade, querem compensar a si mesmos e aos filhos pela falta de tempo que têm para ficar com eles e pela culpa que sentem por conta disso. Trabalham muito e não querem assumir o lugar de castrar ou colocar limites.

Há um declínio da autoridade que é marcado tanto pelos re-arranjos da estrutura familiar e social em relação ao ser pai, versus ser um pai de família, e ao ser mãe, versus ser uma mãe de família. Outras exigências se colocam aos homens e às mulheres, que podem agora decidir se vão ou não ter um filho, independentemente do matrimônio. Casar-se e ter filhos são dois acontecimentos bem separados e não são mais, como costumavam ser, os alicerces do projeto de vida da maioria das pessoas.

Segundo Paulo Ceccarelli, “(...)nascido da união de um homem com uma mulher não basta para ser filho, ou filha, daquele homem e daquela mulher. Ou ainda: colocar uma criança no mundo não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) tem que ser transformado em filiação (fato social e político), para que, inserida em uma organização simbólica (fato psíquico), a criança se constitua como sujeito. Estes três

fatos - físico, social e psíquico - guardam cada vez menos relações de dependência entre eles.” (Ceccarelli, 2007). Os papéis estão descolados da nascimento biológico da criança e precisam ser definidos de acordo com o desejo desses homens e mulheres de se tornarem psiquicamente pais a partir dessa decisão.

“A família tentacular contemporânea traz em seu desenho irregular as marcas de sonhos frustrados, projetos abandonados e retomados, esperanças de felicidade das quais os filhos, se tiverem sorte, continuam a ser portadores. (...) Ideal que não deixará de orientar, desde o lugar das fantasias inconscientes, os projetos de felicidade conjugal das crianças e adolescentes de hoje, Ideal que, se não for superado, pode funcionar como impedimento à legitimação da experiência viva dessas famílias misturadas, engraçadas, esquisitas, improvisadas e mantidas com afeto, esperança e desilusão, na medida do possível.” (Kehl, 2003).

Neste ponto, a reflexão sobre as origens do declínio da autoridade, no capítulo que segue, irá nos ajudar a pensar em como a cultura neoliberal e o incremento de um individualismo exagerado fez com que a idéia de família mudasse e as prioridades saíssem do coletivo (no caso, do grupo familiar) e passassem para o plano dos objetivos e projetos individuais. Vamos a ele.

Capítulo 2. Origens socioculturais do declínio da autoridade

Este capítulo busca destacar o papel da cultura, das mudanças sociais e materiais, como uma fonte de influência na mudança do lugar de autoridade dos pais em relação às crianças e na presença de outras instâncias moderadoras da relação entre os pais e os filhos que atravessam este deslocamento de papéis.

Pretendemos, também, traçar um campo para refletir as alterações subjetivas, não só em relação aos filhos, mas em relação aos projetos pessoais dos sujeitos, que acabam se refletindo no desejo de serem pais.

O conceito de autoridade se define por: “1. Direito ou poder de se fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir, etc. 2. Aquele que tem tal direito ou poder. 3. Os órgãos do poder público. 4. Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis; representante do poder público. 5. Domínio, jurisdição. 6. Influência, prestígio; crédito. 6. Indivíduo de competência indiscutível, em determinado assunto.” (Ferreira, 1988). Essa definição do dicionário Aurélio, nos ajuda a entender o que constitui o conceito de autoridade, que vamos abordar no sentido de seu declínio.

Como se pôde ver no capítulo anterior, foi necessária uma retomada à história de contextos em que este declínio da autoridade foi sendo percebido. Após um olhar mais detido nas configurações familiares e em seus caminhos até hoje, passaremos para um olhar da cultura e de suas imposições à subjetivação.

Christopher Lasch, em seu livro “A Cultura do Narcisismo” discute estas questões no contexto norte-americano. Vamos utilizar suas reflexões considerando que a cultura norte-americana acabou por influenciar os modos de produção e, conseqüentemente, de subjetivação no mundo ocidental (Lasch, 1983).

Lasch pensa na reprodução humana como na reprodução da força de trabalho. Tanto a reprodução em si quanto os cuidados em relação aos jovens, sempre estiveram centrados no seio da família, porém o sistema de socialização da produção, ou seja, a produção em massa, também chamada “industrialização”, acabou se apropriando também destes aspectos e das funções socializadoras do lar que, após a revolução industrial, foram colocadas sob a alçada do Estado.

O que anteriormente era adquirido através do convívio com os familiares, passou a ser recebido pela escola: “boas” maneiras, princípios morais e até educação sexual. Mudanças sociais, políticas e industriais fizeram com que a escola assumisse responsabilidades antes assumidas pelo lar, como o treinamento físico, mental e social.

Na república social, a criança é vista como um futuro cidadão e, portanto é responsabilidade do Estado, e não de seus pais. Seu bem estar é de interesse do Estado, que deve evitar os danos que os pais possam causar a seus filhos. E aqui, o acesso do estado a estas crianças se dá através da escola, que assume, nessa política, o papel de autoridade máxima em relação aos filhos.

Os trabalhadores, pais destas crianças, são postos de lado e obrigados a trabalhar para o estado. O bem estar de seus filhos é “garantido” por estas instituições substitutas e não há opção, pois o estado se coloca como responsável por eles, em nome de um desenvolvimento saudável para estas crianças, visando o bem da sociedade, como um todo.

O trabalho infantil foi proibido e a custódia da criança era dada à escola. O estado via nos lares desfeitos uma fonte de jovens delinquentes e ameaçadores. **A autoridade dos pais sobre seus filhos dependia, agora, do desejo destes pais em cooperar e em obedecer aos tribunais de menores, caso contrário, as competências do sujeito, como pai, seriam questionadas e a convivência com sua prole impedida.**

Os reformistas concordavam que a família promovia uma mentalidade restrita e desfavorável ao desenvolvimento da criança, levando-os a supor que agentes externos deveriam substituí-la para o bem da criança. Agentes, inventados para assumir o papel dos pais que fossem considerados inadequados, passaram a educar e formar as crianças, sob a tutela do estado.

Neste contexto, diz Lasch, surgiu também a chamada “educação de pais”, promovida pelo estado por agentes especializados na criação de crianças, para gerar melhorias na qualidade do cuidado dado à criança na família. A escola assumiu um papel mais extenso - o de cultivar na criança a socialização fora do âmbito familiar.

O movimento pela melhoria do lar passou por contradições enormes, pois ao mesmo tempo em que buscava instruir os pais nos cuidados a serem dados aos filhos, dava as costas a esses pais, tomando a frente nesta função. Este movimento, que surgiu como parte de um esforço mais amplo de civilizar as massas, atingiu o cerne da estrutura familiar, desautorizando massivamente os pais, em sua relação com os filhos.

Segundo Lasch, especialistas de diversos campos incidiam sobre a família e retiravam as crianças dos lares ditos “impróprios”, impondo substitutos às figuras parentais. Percebiam, porém, que apesar dessas ações, as crianças continuavam “fiéis” aos pais de origem. Começou-se, então, a pensar que aquelas famílias, consideradas desestruturadas e ameaçadoras para as crianças, ofereciam a elas algo que o lar adotivo não podia dar.

A idéia, então, se tornou “salvar” não mais a criança isoladamente, mas toda a família “desestruturada”, buscando, também, um modo de civilizar as massas. **Os médicos passaram a atacar os métodos tradicionais de cuidado com as crianças. Tiravam aos poucos a confiança dos pais em relação à sua capacidade de cuidar de seus filhos e iam se colocando no meio do caminho,** com seus conhecimentos técnicos supostamente mais adequados.

Com o advento das novas formas de controle de natalidade, os pais se liberaram da carga de criar filhos indesejados, mas, ao mesmo tempo, surgia nos pais uma espécie de obrigação de fazer com que os seus filhos se sentissem desejados o tempo inteiro.

Nos anos 40, a idéia contrária à anteriormente defendida pelos especialistas aparece: agora, os pais deveriam voltar a confiar em seus instintos, no que diz respeito à criação dos filhos. Os especialistas se deram conta de que seus conselhos haviam minado a confiança dos pais e chegaram à conclusão de que não deveriam culpar exclusivamente aos pais pelas faltas de seus filhos.

No discurso dos pais, aparecia a sensação de ter falhado em desempenhar o seu papel como os seus próprios pais haviam feito, sem saber o que poderiam ter feito diferente. Estes pais temiam repetir os erros de seus pais e, por isso, a opinião dos especialistas virou regra de conduta na criação. O antigo modelo de autoritarismo era abominado entre os pais modernos e a permissividade era agora mais comum.

A desvalorização da paternidade, segundo Lasch, veio dessa transferência de funções da família para organizações especializadas. As habilidades técnicas que o mundo industrializado exige dos profissionais, faz com que os pais tenham muito pouco o que levar do cotidiano de seu trabalho para os filhos, além do amor. Essa situação promove uma separação, cada vez maior, entre o mundo do adulto e o da criança, e dificulta, cada vez mais, as identificações psicológicas fortes dos filhos com seus pais.

Os pais modernos confiaram em um jeito prescrito pelos tais especialistas para lidar com seus filhos e têm um compromisso com uma idéia de parentalidade perfeita – criar os filhos “vencedores” que a sociedade contemporânea exige. O sentimento parental não é espontâneo, mas idealizado, e o cuidado que os pais têm para com estes filhos é exagerado, mecânico, sufocante e esvaziado do investimento libidinal genuíno.

A atenção da mãe apóia-se tão fortemente na visão dos especialistas, que não passa sensação de segurança aos filhos. Ambos os pais buscam, na família, um refúgio ao mundo externo, que julgam ameaçador. O que eles não percebem é que os padrões familiares são oriundos, e constantemente reforçados, pelas condições externas.

Segundo Lasch o declínio da autoridade parental reflete o declínio do superego na sociedade, criando uma geração sem autodomínio e sem freio, permissiva, que vive em função dos prazeres do consumo exagerado.

Voltamos aqui a pensar que as mudanças na família levaram a uma mudança no conteúdo do superego, pois com o fracasso da autoridade dos pais o superego dos filhos se mantém colado às imagens arcaicas dos pais: permanece punitivo e severo. Um clima social de permissividade com um superego severo como aquele da infância resulta num descontentamento e em modos depressivos de subjetividade.

A abdicação da autoridade parental intensifica, ao invés de diminuir, o medo de punição que a criança tem, porque suscita pensamentos de punição muito severos, daquela fase primitiva. As experiências com a autoridade externa complementam o treinamento do cidadão, mas o controle social não promove uma alteração no superego primitivo.

Vemos assim, que a evolução da sociedade da revolução industrial reformulou padrões de convívio familiar e de condutas parentais através da especialização dos cuidados com a criança e do afastamento dos pais da convivência com seus filhos. A ampliação da jornada de trabalho e a retirada da responsabilidade da família em relação à educação e à socialização primária das crianças tiveram um enorme efeito de desvalorização da autoridade parental que abalou a autoconfiança dos pais como cuidadores efetivos de sua prole.

Em seguida, vamos elencar alguns fatores mais específicos do papel dado à escola nesta transferência da responsabilidade do cuidado infantil.

Capítulo 3. Papel dado à escola

Neste capítulo, pretendemos pensar no papel da escola como lugar de autoridade em que os pais confiaram à educação de seus filhos esperando que suprisse a necessidade de tais limites que não conseguiram impor aos mesmos em casa, no conturbado seio familiar, já discutido anteriormente.

Segundo Maria Rita Kehl, o papel que a família deve desempenhar na constituição do sujeito se resume em interditar o incesto e promover a sexuação. A partir deste ponto, o papel da família na modernidade é formador, no sentido de preparar as crianças para as suas responsabilidades em relação às normas de convívio social. (Kehl, 2003).

É na estrutura familiar que a criança vai se indagar sobre o desejo que a constituiu – o desejo do outro – e vai se deparar com o enigma de seu próprio desejo. É nesse percurso que ela vai se tornar um ser de linguagem, barrado em relação ao gozo do outro, percurso este, suficiente para constituir seres humanos orientados pela lei que interdita o incesto, que exige de cada sujeito a renúncia a uma parcela de seu gozo para pertencer à comunidade humana.

A dissolução do espaço público em vários países do ocidente e a passagem de uma ética da produção para uma ética do consumo, entre outros fatores, são os grandes responsáveis pela desmoralização da transmissão familiar dos valores, e não o contrário. A escola, então, passa a ganhar o lugar anteriormente ocupado pelo espaço público, a rua. A criança tem toda a sua experiência extra-familiar na escola.

As dificuldades que os pais têm tido em sustentar sua posição de autoridade responsável perante as crianças demonstra um peso de dívida destes adultos para com o antigo modelo de família patriarcal, a que me referi anteriormente. Esta dívida impede que os adultos legitimem suas funções no âmbito das estruturas familiares que eles foram capazes de construir. Sejam elas como forem, cabe aos adultos que assumiram o encargo das crianças o risco e a responsabilidade de educá-las. O peso da dívida faz com que estes adultos se sintam incapazes de impor as restrições necessárias a um processo educativo.

A esta dívida se contrapõe o descompromisso crescente da sociedade contemporânea em relação a todas as tradições, inclusive com a família patriarcal. A mesma cultura que nos incita a viver de maneira radicalmente diferente das escolhas de nossos pais, não é capaz de legitimar as novas configurações familiares que foram surgindo. Assim, homens e mulheres se vêem na contingência de impor limites e transmitir ideais aos seus filhos por sua conta e risco. Essa relatividade na interpretação das responsabilidades permite uma grande liberdade de invenção e angústia. A nostalgia da família tradicional perdida talvez venha como busca de uma referência que compense tamanho desamparo.

Deste lugar mal sustentado em que os adultos se encontram, é possível também que eles não compreendam no que consiste sua única e radical diferença em relação às crianças - a diferença dos lugares geracionais. Segundo Kehl, é porque ocupam as funções de pai e mãe que os pais estão socialmente autorizados a mandar nas crianças.

Encontramos na clínica pais e mães que afirmam não conseguir impor limites a seus filhos porque eles não deixam. São adultos desnorteados que desconhecem os fundamentos simbólicos de sua autoridade. A recusa dos pais a correr este risco coloca a criança no estado de abandono, sofrido pelas crianças mimadas de hoje já que o adulto responsável não banca sua diferença diante delas.

Ninguém quer errar e por isso ninguém se arrisca a contrariar os desejos de uma criança que representa a realização de uma perfeição impossível e imperativa.

Fora a interdição do incesto e a promoção da sexuação, sabemos que todos os outros “papéis” na formação da criança são substituíveis – por isso é que os chamamos de papéis. “O que é insubstituível é um olhar de adulto sobre a criança, a um só tempo amoroso e responsável, desejante de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível – mas não a qualquer preço. Insubstituível é o desejo do adulto que confere um lugar a este pequeno ser, concomitante com a responsabilidade que impõe os limites deste lugar. Isto é que é necessário para que a família contemporânea, com todos os seus tentáculos, possa transmitir parâmetros éticos para as novas gerações.” (Kehl, 2003).

Vamos passar agora, do âmbito da família para a visão de um educador, sobre a autoridade na escola. Yves de La Taille diz que, num passado não muito distante, as três fontes de autoridade na escola eram: a autoridade que os pais conferiam aos professores, até mesmo para ministrarem castigos físicos, o fato de a escola ser vista como legítima representante de valores compartilhados por toda a sociedade e o fato de a escola ser o único lugar onde era possível ter acesso ao patrimônio cultural. (Taille, 1999).

A crise na educação, para o autor, teria a ver com a democratização do espaço escolar que tirou dos professores a autoridade conferida pelos pais, que já não bancam a própria e, portanto, não conseguem atribuí-la a um substituto. Para Taille, a educação está melhor a partir destas práticas democráticas, pois é possível respeitar e levar em consideração a opinião dos alunos.

Ao mesmo tempo, precisamos pensar que estas práticas não vieram sozinhas, mas acompanhadas de uma série de outros fatores da cultura, que elencamos no capítulo anterior, entre eles o consumismo, a comunicação mais abrangente do mundo da informação e o individualismo. Fatores estes, que aproveitaram o espaço promovido pela democracia nas escolas para trazer novas condutas que invertem os papéis entre professor e aluno, ao invés de promover uma igualdade. O despotismo autoritário do aluno, insatisfeito com a escola que, como os pais, não lhe dá limites, mina a relação com o professor.

Hanna Arendt em seu livro “Entre o passado e o futuro”, de 1968, coloca uma reflexão muito interessante sobre esta crise na educação e nos coloca outros elementos a considerar ao redor do tema. Também para ela, é a democracia que vai mudar o lugar de autoridade do professor em relação ao aluno, anteriormente incontestável. (Arendt, 1968).

Vamos elencar em contrapartida com as fontes de autoridade em que a educação se baseava anteriormente descritas por Taille, três fatores que, segundo Arendt, baseiam a educação atual e que têm a ver com esta crise: em primeiro lugar, ela cita a separação do mundo da criança do mundo do adulto, pensando a criança e o seu grupo como seres autônomos e o professor como um mero auxiliar para elas. Neste fator, a autoridade existente é a do grupo ao qual a criança pertence - a maioria vence.

Em segundo lugar, a autora fala da influência da psicologia moderna na educação, que propôs à pedagogia ser um domínio geral e que o professor não se especializasse mais no conteúdo. O terceiro fator é que o professor deveria aprender continuamente e não reproduzir um aprendizado já enrijecido ao aluno, fator que justifica a pouca ênfase dada agora ao conteúdo. **A questão é, que a autoridade do professor se baseia na diferença básica entre ele e a criança que é, além da geracionalidade (na caso das crianças pequenas), também o conhecimento que ele tem para passar para o aluno. Tirando o conteúdo do professor, a sua diferença praticamente some, e o fundamento de sua autoridade, também.**

Além disso, para Arendt, a essência da educação é o fato de que “os seres *nascem* para o mundo.” O educador está representando este mundo e deve assumir responsabilidade por ele, embora possa ter críticas a respeito dele. **Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. E a crise se explica porque os adultos estão se recusando a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças.** (Arendt, 1968).

Arendt coloca finalmente a questão em um parágrafo muito ilustrativo da postura que se vê hoje nos pais e explica essa postura por sua teoria: “A perda geral de autoridade, de fato, não poderia encontrar expressão mais radical do que sua intrusão na esfera pré-política, em que a autoridade parecia ser ditada pela própria natureza e independer de todas as mudanças históricas e condições políticas. O homem moderno, por outro lado, não poderia encontrar nenhuma expressão mais clara para sua insatisfação com o mundo, para seu desgosto com o estado das coisas, que sua recusa a assumir, em relação às crianças, a responsabilidade por tudo isso. **É como se os pais dissessem todos os dias: - Nesse mundo, mesmo nós não estamos muito a salvo em casa; como se movimentar nele, o que saber, quais habilidades dominar, tudo isso também são mistérios para nós. Vocês devem tentar entender isso do jeito que puderem; em todo caso, vocês não tem o direito de exigir satisfações. Somos inocentes, lavamos as nossas mãos por vocês.**” (Arendt, 1968).

Aqui, ela diz dos pais e de sua necessidade de não mais assumir a tamanha responsabilidade de apresentar o mundo tal qual está às crianças recém-chegadas. Do mesmo modo, podemos pensar que os professores se colocam no mesmo lugar dos pais e tentam também não assumir a responsabilidade por apresentar este mundo. A informação está cada vez mais acessível às crianças e os professores podem ajudar nesta busca, mas não estão conseguindo guiá-los em outros aspectos que a família já não banca: a socialização primária, os interditos mais primitivos que constituem o sujeito enquanto ser humano, pois sentem (com razão) que este papel não lhes é possível exercer.

Considerações Finais

Finalmente, neste capítulo iremos levantar quais as reflexões possíveis a partir destas leituras e tentar responder a partir delas às questões que moveram este trabalho. Afinal, “O que levou os pais a se sentirem desautorizados a mandar em seus filhos?”, “O que os desautorizou?” e “Que papel resta ou foi delegado à escola a partir disso?”.

Para isso precisaremos retomar algumas das idéias mais importantes desenvolvidas ao longo da monografia.

Inicialmente, afirmamos que os pais não estão satisfeitos com o modelo de família que construíram. Eles se sentem frustrados e culpados, porque esta família não corresponde ao modelo de família patriarcal, que eles introjetaram como ideal.

Por conta desta culpa, eles não conseguem assumir o novo modelo de família que conseguiram criar, e não percebem que suas relações com os filhos são atravessadas pelas múltiplas e inusitadas relações “tentaculares” advindas da sobreposição de diferentes uniões e pelas interferências que mundo exterior traz ao ambiente doméstico, através de meios de comunicação como televisão e internet.

De fato, essas intersecções e atravessamentos diluem, atenuam e enfraquecem a autoridade dos pais junto aos filhos, mas, isso não aconteceria, se eles tivessem consciência de que ser pai ou mãe de uma criança significa apresentar o mundo a esta criança e, mesmo tendo críticas a fazer sobre o modo como ele está organizado, responsabilizar-se por ele.

Uma vez que os pais não gostam e não aprovam o mundo em que vivem, consciente ou inconscientemente não estão dispostos a apresentá-lo aos filhos, e muito menos a se responsabilizarem por ele.

A situação fica ainda mais crítica quando a sociedade moderna exige que os adultos sejam produtivos e consumidores. Pai e mãe investem muita energia no trabalho, passam muito tempo fora de casa, e acabam sendo convencidos de que não têm competência para cuidar dos filhos e de que devem transferir sua autoridade de cuidadores e educadores para a escola e para “especialistas” de todos os tipos.

Uma vez que não conseguem aceitar sua parcela de responsabilidade sobre o mundo e pelo modo como ele está, hoje, por não desejarem apresentá-lo aos filhos, sua autoridade está desgastada, e é assim que ela é transferida às escolas e aos educadores, que por sua vez, sendo adultos, podem sentir o mesmo desconforto.

É justamente por não se sentirem à vontade como substitutos dos pais em apresentarem o mundo e responsabilizarem-se por ele, frente ao olhar ingênuo e inquisidor das crianças, que os educadores e

especialistas, nas escolas e fora delas, não se sentem capazes de assumir o novo papel que a sociedade lhes impõe, e que os pais exigem que eles assumam.

O resultado deste impasse são os filhos mimados, crianças que rejeitam ou ignoram os limites de onde quer que eles venham, e que não reconhecem em nenhum adulto a representação de uma autoridade legítima.

A autoridade dos professores só será reconhecida por estas crianças, quando, e se, estes pais assumirem seu papel de cicerones delas no mundo ao qual lhes deram passagem, e, conseqüentemente, a responsabilidade que eles têm, por ele ser como é.

Enquanto pais e mães não se apropriarem deste papel, enquanto esperarem que a escola assuma esta função que é deles, as crianças estarão e se sentirão abandonadas, e, como todo ser abandonado e ainda incompleto, seguirão o único caminho que lhes resta – a busca irracional e imperiosa da satisfação imediata de seus desejos, rejeitando qualquer outra via de identificação e cooperação a não ser as que as levem a este tipo de satisfação.

A uma possível saída para esta crise poderia estar na tentativa de proporcionar aos pais uma reflexão sobre o modelo de família que eles conseguiram criar e conscientizá-los a respeito da culpa que sentem por não terem conseguido reproduzir o modelo patriarcal, que tinham como ideal.

Talvez na medida em que conseguissem aceitar a família que têm hoje e, dentro dela, sua responsabilidade pelo mundo diante dos filhos e pelos seus filhos diante do mundo, os pais recuperariam a autoridade perdida e poderiam transmiti-la à escola, aos professores e aos demais especialistas que se propuserem a substituí-los como cuidadores e educadores.

Se os pais aceitassem sua função de anfitriões do mundo, talvez recuperassem a sua autoridade, se sentissem capazes de dar limites e autorizados, pela responsabilidade que lhes cabe, a mandarem em seus filhos.

A escola, então seria reinvestida em sua função de detentora desta autoridade, a ela outorgada por estes pais responsáveis, que nela reconheceriam o papel de parceira não única, porém preferível, de transmissão de valores, cultura e conhecimento.

Bibliografia

Alonso, Silvia Leonor. *A função do pai e os ideais no mundo contemporâneo*. In: <http://www2.uol.com.br/percurso/>. Revista Percurso, n.39, 2º. semestre/2007.

Arendt, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

Birman, Joel. Palestra em café filosófico “Os possíveis representantes dos pais: os cuidadores”. In: http://www.cpfcultura.com.br/videteca_2008.aspx?videoteca_categoria_ID=0&videoteca_ID=185. Acesso em: 07/10/08. 2008.

Cecarelli, Paulo Roberto, *Novas configurações familiares: mitos e verdades*. In: *Jornal de psicanálise*, São Paulo, 40(72): 89-102, jun. 2007.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa Básico*. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 1988.

Kehl, Maria Rita. *Em defesa de uma família tentacular*. In: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=14>. Acesso em: 07/10/08. 2003.

Lasch, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

Roudinesco, Elizabeth. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Taille, Yves de La. Autoridade na escola. In: *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. Org.: Julio Groppa Aquino. São Paulo. Summus, 1999.